

Desenvolvimento Regional e Aglomerações Produtivas na Bahia: Uma Visão a Partir do Emprego e dos Territórios de Identidade

RESUMO

O objetivo deste artigo é, com base nos dados sobre empregos formais em cada município do Estado da Bahia, constantes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de 2007, identificar: i) a distribuição regional do emprego; ii) a distribuição setorial do emprego; iii) as atividades aglomeradas por Território de Identidade; e iv) a qualificação das atividades aglomeradas. Inicialmente, apresenta uma revisão da literatura sobre a relação entre aglomerações produtivas e o desenvolvimento regional e local. Em seguida, relata os procedimentos metodológicos utilizados para identificar a distribuição regional e setorial do emprego, as atividades aglomeradas por território de identidade e a qualificação das atividades aglomeradas. Após apresentar e discutir os resultados, tece algumas conclusões, enfatizando as implicações para as políticas públicas e indicando a necessidade de expandir as bases de dados utilizadas.

PALAVRAS-CHAVE

Aglomerações Produtivas. Territórios de Identidade. Desenvolvimento Regional.

Francisco Lima Cruz Teixeira

- Doutor pela Universidade de Sussex, Inglaterra;
- Professor Titular da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Sílvio Vanderlei Araújo Sousa

- Mestre em Administração;
- Doutor em Administração pelo Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA;
- Pesquisador da Escola de Administração da UFBA.

1 – INTRODUÇÃO

Apesar do intenso debate sobre o conceito e a pertinência de estratégias de desenvolvimento local, há, hoje, um relativo consenso em torno da ideia de que uma estratégia de desenvolvimento regional de longo prazo não pode basear-se apenas em intervenções exógenas, consubstanciadas em projetos de investimentos de larga escala. Essa constatação parece ser particularmente pertinente para regiões relativamente atrasadas, como o Nordeste, que, historicamente, tem sido alvo prioritário das políticas de desenvolvimento regional.

No passado, as políticas de desenvolvimento regional no país foram fortemente influenciadas pelas contribuições de Perroux (1995); Myrdal (1957) e Hirschman (1958). Esses autores destacaram as sinergias entre a localização industrial e o crescimento econômico a partir da ação de economias externas nas relações interindustriais e inter-regionais. Para esses autores, o crescimento econômico não obedece a um mesmo padrão e distribuição espacial. Ele ocorre de modo bastante concentrado e com variação em intensidade, sendo maior nas áreas favorecidas pela localização de atividades industriais. Isto faria com que as regiões capazes de gerar um maior adensamento da atividade industrial entrassem num processo circular e cumulativo de crescimento, em detrimento das regiões relativamente mais atrasadas, o que resultaria num aumento do hiato de desenvolvimento inter-regional. Quanto mais desenvolvidas as regiões, melhor a infraestrutura física e a capacitação da força de trabalho, maior seria a capacidade de atrair novas atividades industriais e fornecedores de serviços para a produção.

Essas ideias influenciaram a formulação de políticas públicas, as quais consideravam que o desenvolvimento econômico poderia ser acelerado pela criação de polos de crescimento em torno de indústrias motrizes, sendo fundamentais para se entender a gênese das intervenções exógenas.

Embora fossem bastante difundidas na América Latina, as políticas de constituição de polos de crescimento por meio de investimentos exógenos obtiveram, segundo várias avaliações, resultados aquém dos esperados. (STORPER, 1994). Um dos

problemas geralmente associados com as políticas de atração de investimentos para polos localizados em regiões menos desenvolvidas foi a falta de atenção com os pré-requisitos econômicos, sociais e institucionais, para que um processo virtuoso de desenvolvimento competitivo fosse desencadeado a partir desses polos. (MALIZIA; FESER, 1998). Em outras palavras, em geral, não foram devidamente consideradas e avaliadas as possíveis vantagens locais das regiões receptoras dos novos investimentos.

No caso da economia baiana, os problemas resultantes de um crescimento baseado em um processo de industrialização ancorado em polos industriais e cuja dinâmica foi caracterizada como “exógena e espasmódica” já foram diagnosticados. Esse diagnóstico aponta, em síntese, que os limitados efeitos de encadeamento dos grandes ciclos de investimentos na indústria baiana resultaram em uma curva de crescimento marcada por “picos e vales”, refletindo uma permanente dependência de intervenções exógenas para gerar crescimento. Ademais, o crescimento advindo dessa dinâmica é bastante concentrado tanto em termos de atividades econômicas como em termos espaciais, gerando problemas sociais que revelam o aprofundamento das desigualdades entre os territórios do estado. (TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

O conceito de desenvolvimento local, ou endógeno, tenta superar esses problemas. Segundo Buarque (1998, p. 11), desenvolvimento local significa:

[...] um processo registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

O conceito de desenvolvimento local chama a atenção para as necessárias relações que devem existir entre o crescimento econômico e o crescimento

do capital humano, a participação dos atores locais e o uso sustentável dos recursos naturais. Nessa abordagem, o território desempenha um papel central. O local, nesse contexto, pode ser entendido como qualquer recorte territorial que se distingue por determinados elementos culturais de identidade. Tais elementos teriam a possibilidade de conferir à produção desses territórios a diferenciação necessária ao processo de construção de vantagens competitivas sustentáveis.

Explorar as possibilidades de deflagração de um processo de desenvolvimento endógeno, mesmo que complementar aos investimentos exógenos, centrado nas realidades locais dos diversos territórios do Estado da Bahia, parece ser uma tarefa de significativa relevância. Essa tarefa não pode prescindir, no entanto, da identificação e qualificação prévia das atividades produtivas existentes em cada recorte territorial do vasto mapa baiano. Além disso, cumpre, nessa tarefa inicial, descobrir as atividades geradoras de emprego, por região e por setor.

Essa tarefa é abraçada, ainda que de forma inicial e incipiente, neste artigo.¹ O objetivo é, com base nos dados sobre empregos formais por Classe Industrial em cada município do Estado da Bahia, constantes da RAIS/Caged² de 2007, identificar:

1 Os dados e informações utilizados podem ser encontrados no Observatório de Atividades Econômicas. Disponível em: <<http://www.observatorio.ufba.br/>>. Este projeto foi desenvolvido pelo grupo de pesquisa de Tecnologia, Inovação e Competitividade, vinculado ao Núcleo de Pós-graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, e contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb).

2 A gestão governamental do setor do trabalho conta com o importante instrumento de coleta de dados denominado de Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75, a RAIS tem por objetivos suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista no País, prover os dados para a elaboração de estatísticas do trabalho, disponibilizar informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) foi criado pelo governo federal, por meio da Lei nº 4.923/65, que instituiu o registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Este Cadastro Geral serve como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais. É utilizado, ainda, pelo Programa de Seguro-desemprego, para conferir os dados referentes aos vínculos trabalhistas, além de outros programas sociais. Para maiores informações consultar o site. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/>>.

- A distribuição regional do emprego;
- A distribuição setorial do emprego;
- As atividades aglomeradas por Território de Identidade; e
- A qualificação das atividades aglomeradas.

Para tanto, além desta introdução, o presente artigo está dividido em mais quatro seções. Na seguinte, é apresentada uma revisão da literatura sobre a relação entre aglomerações produtivas e o desenvolvimento regional e local. Em seguida, são relatados os procedimentos metodológicos utilizados para identificar a distribuição regional e setorial do emprego, as atividades aglomeradas por território de identidade e a qualificação das atividades aglomeradas. Na quarta seção, são apresentados e discutidos os resultados. Por último, são tecidas algumas conclusões, enfatizando as implicações para as políticas públicas e indicando a necessidade de expandir as bases de dados utilizadas.

2 – AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

As políticas regionais no país, que começaram a tomar forma na década de 1950, consideravam que o processo circular e cumulativo de crescimento levaria ao aumento do hiato de desenvolvimento inter-regional, em detrimento das regiões relativamente mais atrasadas. Na tentativa de combater tal processo, o país passou a adotar políticas de fixação de atividades industriais nas regiões relativamente mais atrasadas, desfavorecidas quanto à sua capacidade de atração de investimentos devido à “mão invisível” das forças centrípetas que, ao longo do tempo, foram-se fixando nos espaços econômicos relativamente mais adiantados. A redução das desigualdades poder-se-ia dar, por exemplo, pela criação de polos industriais próximos aos maiores centros urbanos dessas regiões, baseados em indústrias motrizes, que irradiariam efeitos capazes de promover o seu crescimento. (PERROUX, 1995; HIRSCHMAN, 1958).

As vantagens locais das regiões atrasadas estariam, inicialmente, vinculadas ao baixo custo

de alguns fatores produtivos, como mão de obra e recursos naturais, e à concessão de subsídios fiscais e financeiros. Em uma etapa posterior, essas vantagens seriam reforçadas pela criação de eficiências coletivas, que se originariam dos encadeamentos produtivos e das interações entre os agentes, mediante articulações locais, regionais ou intrarregionais, capazes de gerar fluxos de conhecimentos e informações entre produtores, fornecedores e consumidores. O resultado deveria ser o desenvolvimento de uma estrutura produtiva local geradora de vantagens aglomerativas, capazes de se transformarem em vantagens competitivas a partir da criação de polos de crescimento. O investimento em indústrias motrizes poderia ser feito pelo estado, por empresas estrangeiras ou de outras regiões do país, uma vez que a disponibilidade de capital e a capacidade empreendedora nessas regiões eram escassas.

Essas políticas integravam, geralmente, as estratégias nacionais de substituição de importações, cujas bases conceituais remontam aos estruturalistas da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). No caso brasileiro, a despeito da sua adoção, tais políticas mostraram-se insuficientes para promover um processo de desenvolvimento sustentado no Nordeste brasileiro. Essa situação foi agravada com a emergência do novo contexto de globalização e abertura comercial, levando ao abandono das políticas regionais que tinham a concessão de incentivos e subsídios como o principal estímulo para atrair investimentos. Como observa Peres (2005), a ênfase, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, passou a ser a política macroeconômica, que deveria priorizar a gestão dos “fundamentos”³ para que o mercado pudesse cumprir o seu papel de principal alocador de recursos. Assim, estabeleceu-se uma dicotomia entre as antigas políticas, chamadas desenvolvimentistas, e as que enfatizavam a liberação das livres forças do mercado, chamadas de neoliberais.

Junto com o aprofundamento dos estudos sobre desenvolvimento regional e local, cresceu o interesse pelas aglomerações produtivas, que se apresentam na

literatura por meio dos conceitos de *clusters*, distritos industriais ou sistemas locais de produção. Ao que tudo indica, esse crescente interesse tem como marco o trabalho de Piore e Sabel (1984) e, como primeiras evidências empíricas, os casos bem-sucedidos em setores tradicionais, a exemplo de têxteis e calçados, na chamada Terceira Itália, e de alta tecnologia, como a microeletrônica, no Vale do Silício, nos EUA. Aí, estariam os exemplos a serem seguidos por países e regiões menos desenvolvidas nas suas tentativas de promoverem o desenvolvimento regional e local.

Sinteticamente, o termo *cluster* ou distrito industrial se refere a “aglomerações geográficas de atividades econômicas, cujas empresas operam nos mesmos setores ou em setores relacionados.” (GIULIANI; BELL, 2005, p. 47). De acordo com a literatura, uma “aglomeração produtiva local” pode apresentar diferentes níveis de profundidade e organização das relações entre as firmas. Mas, onde essas relações são marcadas, ao mesmo tempo, pela cooperação e pela competição, seria possível sustentar o aprendizado coletivo, a inovação e, conseqüentemente, a competitividade.

O reconhecimento da importância das economias externas de escala promovidas pela aglomeração espacial de firmas remonta aos distritos industriais ingleses estudados por Alfred Marshall no fim do século XIX, descritos no seu célebre livro *Princípios de Economia: Tratado Introdutório*. Nesses distritos, a organização das empresas em aglomerações do mesmo setor resultaria na obtenção de economias de escala sistêmicas, ou externalidades, possibilitando a redução do custo médio da produção de cada firma. Para Marshall (1961), as externalidades promovidas pela aglomeração seriam obtidas devido ao surgimento de indústrias subsidiárias em torno de uma indústria-chave, devotando-se cada uma a um pequeno ramo do processo de produção e trabalho, resultando, dessa divisão social do trabalho, ganhos externos de produtividade. Com isso, fornecedores especializados são atraídos, e se desenvolve um *pool* de trabalhadores dotados de habilidades especiais, de modo que passa a haver um mercado constante para a mão de obra especializada. Além disso, o conhecimento e a informação se acumulariam e se difundiriam mais

3 Os fundamentos são aqueles relativos às políticas fiscal, monetária e cambial. Para uma análise das mudanças nas políticas industriais no Brasil, ver Teixeira e Ferraz (1999).

facilmente entre as empresas do distrito devido à proximidade entre os agentes.

Vários países da América Latina passaram a adotar políticas de dinamização de *clusters*, geralmente de pequenas empresas, como parte de políticas industriais ativas. (PERES, 2005; PIETROBELLI; RABELLOTTI, 2005). Em geral, o principal objetivo dessas políticas é, por meio da melhoria da competitividade de pequenas empresas especializadas setorialmente e aglomeradas territorialmente, promover uma melhor distribuição regional e social de renda, contribuindo para a instalação de um processo de desenvolvimento local sustentado. Esse tipo de política é, frequentemente, interpretado como uma alternativa inovadora às políticas industriais e de desenvolvimento regional tradicionais.

No Brasil, a dinamização de clusters, denominados de Arranjos Produtivos Locais (APLs),⁴ foi divulgada como um dos eixos prioritários da nova estratégia de desenvolvimento econômico e social do governo federal. Como consequência, um Programa de Arranjo Produtivo Local foi incluído no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) do quadriênio que cobriu de 2004 a 2007 e, novamente, no PPA para 2008-2011. Em consonância com o que se observa em outros países, o objetivo principal desse programa é promover a competitividade e a sustentabilidade das pequenas empresas dos territórios em que os Arranjos Produtivos Locais estão localizados, estimulando processos de desenvolvimento descentralizados.

Essas políticas consideram que a promoção de *clusters* poderia desencadear processos coletivos de cooperação e aprendizagem, os quais dinamizam as atividades inovadoras. O poder público assumiria um papel de catalisador e mediador, no sentido de facilitar a cooperação, reduzir as assimetrias e promover ações conjuntas que possam desencadear um processo de desenvolvimento de vantagens competitivas sustentáveis. (FERNANDES; LIMA, 2006). É importante lembrar que esse tipo de intervenção pública já havia sido recomendado por Steindl (1990), ao discutir,

⁴ O termo Arranjo Produtivo Local (APL) foi adotado no Brasil como substituto ao termo *clusters*, enfatizando, porém, a incipiência das relações entre as firmas e o baixo nível de capital social. A esse respeito, ver Cassiolato; Lastres e Szapiro (2000).

em diálogo com a obra de Marshall, os problemas de sobrevivência e desvantagem das pequenas empresas:

Em muitos casos essa desvantagem pode ser eliminada ou reduzida por alguma espécie de ação cooperativa. Se economias de grande escala forem conspícuas em alguma atividade peculiar da empresa (por exemplo, nas compras), essa atividade poderia ser desdobrada e desenvolvida em comum dentro de uma cooperativa controlada pelos próprios pequenos empresários. As desvantagens financeiras da pequena empresa poderiam ser reduzidas por ação governamental (por exemplo, através do aluguel de instalações ou do fornecimento de crédito). Isto, por sua vez, pressuporia uma coordenação da pequena empresa com os interesses da política governamental. É possível que as perspectivas de pequenos empresários cooperarem uns com os outros, e se ajustarem alegremente aos objetivos da política governamental, não sejam excessivamente brilhantes, mas o apego a atitudes individualistas dificilmente irá alterar ou deter a tendência do desenvolvimento técnico. (STEINDL, 1990, p. 121).

As políticas voltadas para a promoção de *clusters*, normalmente, incluem, em paralelo à busca de competitividade pelas empresas, outras dimensões das realidades locais, tais como:

- O capital humano (os conhecimentos, habilidades e competências da população local, as condições e a qualidade de vida);
- O capital social (os níveis de confiança, cooperação, reciprocidade, organização social e participação política da sociedade civil local);
- A governança (as formas de liderança, participação, coordenação e negociação dos conflitos);
- O uso sustentável dos recursos naturais.

Essas políticas confrontam-se com o problema da seleção das aglomerações a serem priorizadas, o que, em grande medida, está relacionado com as dificuldades e variedades conceituais. Com efeito, podemos admitir que qualquer aglomeração de pequenas empresas especializadas possa ser considerada um *cluster*, independente do tipo de vantagem locacional existente? Nesse sentido, Dos Santos; Diniz e Barbosa (2004) lembram que as vantagens locacionais podem ser estáticas ou retroalimentáveis (ou dinâmicas). As estáticas podem

ter como fonte: recursos naturais de boa qualidade associados à boa logística de transporte; mão de obra não-qualificada a baixo custo; e incentivos fiscais. As vantagens retroalimentáveis, por sua vez, podem ser classificadas em: multissetoriais (beneficiam vários setores e estão, geralmente, vinculadas à qualidade da logística); ganhos de escala ou escopo (estáticos e dinâmicos); e setoriais (beneficiam particularmente o setor aglomerado). Porém, esses autores concluem destacando o tipo de vantagem locacional que se busca ao se promoverem aglomerações produtivas:

[O] tipo de vantagem competitiva locacional retroalimentável dos APLs está relacionado principalmente com a capacidade inovadora das firmas, com o acesso a ativos e serviços complementares, com a facilidade de difusão de conhecimento especializado no local, com a imagem regional e com a capacidade de as firmas reagirem coletiva ou individualmente a ameaças e oportunidades. Quando a localização pode proporcionar vantagens desse tipo, satisfaz-se mais uma condição necessária para a definição de APL. (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004, p. 170).

Porém, nem todas as aglomerações produtivas possuem todos esses tipos de vantagens locais. Empiricamente, podemos encontrar aglomerações cujos processos históricos de formação não levaram a um grau de desenvolvimento que tenha o aprendizado ativo e a inovação como parte das suas atividades. Com relação às muitas aglomerações produtivas existentes no espaço brasileiro, por exemplo, alguns estudos teóricos e empíricos realizados no país desde 1998, como aqueles desenvolvidos no âmbito da Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist),⁵ apontam que apenas algumas dessas aglomerações podem ser classificadas como efetivos arranjos e sistemas produtivos locais, localizando-se, em sua maioria, no eixo mais desenvolvido do país, a Região Sul-Sudeste.

Por sua vez, com base no exame de doze aglomerações produtivas em quatro países da América Latina (Brasil, Chile, México e Nicarágua), Pietrobeli e Rabellotti (2005) chamam a atenção para as diferenças entre as aglomerações de empresas no que concerne à aprendizagem e à inovação. Essas diferenças estariam

vinculadas às características da organização industrial de cada setor. Os desempenhos coletivos também são diferentes de acordo com o setor, e essas diferenças teriam algum grau de associação com a quantidade e variedade das ações de cooperação. Além disso, as economias externas estáticas (ou passivas) são mais fáceis de serem encontradas do que as dinâmicas.

Com base em tais evidências, conclui-se que, ao adotar os distritos da Terceira Itália como modelo, os pré-requisitos para que essa experiência possa ser replicada foram esquecidos. De acordo com essa perspectiva, a emergência de aglomerações produtivas regionais estaria relacionada, em grande medida, a fatores econômicos e sociais que são produtos históricos de territórios construídos socialmente. A transferência de tais teorias e práticas para a periferia do capitalismo deveria trazer à tona as especificidades dos *clusters* locais. Crocco et al. (2003) descrevem essas especificidades no contexto do Brasil, onde: i) a capacidade empresarial é escassa e o comportamento do empresário é, geralmente, conservador; ii) as capacidades de inovação são escassas; iii) o meio institucional e macroeconômico é volátil e estruturalmente limitante; iv) os *clusters* estão imersos, em muitos casos, em uma economia de subsistência, localizados em regiões com baixa densidade urbana, onde a renda *per capita* é pequena, os níveis educacionais são baixos e as complementaridades produtivas com outros *clusters* são fracas. Além disso, os elementos institucionais positivos, geralmente relacionados ao capital social, raramente estão presentes.

Essa revisão da literatura sugere que políticas de desenvolvimento regional e local voltadas para dinamização de *clusters*, ou aglomerações produtivas, podem representar uma importante alternativa às políticas de atração de investimentos exógenos para a formação de polos de crescimento industriais. No entanto, cumpre, antes de tudo, identificar e qualificar as aglomerações produtivas espalhadas pelos territórios. Essa identificação e qualificação tornam-se importantes também para monitorar os resultados das políticas de dinamização. Dadas essas considerações teóricas, em seguida, o método utilizado para identificar e qualificar as aglomerações produtivas do Estado da Bahia é descrito.

5 A Redesist está Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br/>>.

3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram adotados procedimentos metodológicos, descritos abaixo, com o objetivo de identificar, no Estado da Bahia:

- A distribuição setorial do emprego;
- A distribuição regional do emprego;
- As atividades aglomeradas por território de identidade;
- A qualificação das atividades aglomeradas.

Todos os dados são provenientes da RAIS/Caged para o ano de 2007, último ano disponível quando foi iniciado o trabalho. É importante lembrar que a base de dados RAIS/Caged contém apenas os empregos formais, com carteira assinada. Se, por um lado, essa base de dados contém apenas as ocupações com relações de trabalho mais qualificadas, por outro, pode deixar de fora importantes ocupações, ou mesmo atividades, do ponto de vista local. Foram gerados, a partir dessa base de dados, os seguintes relatórios:

- Relatório da Distribuição Setorial do Emprego – contém a quantidade total de empregos formais no Estado da Bahia, distribuídos por grandes setores: Primário, Secundário Transformação, Secundário Outros, Terciário Comércio e Terciário Outros.
- Relatório da Distribuição Regional do Emprego – elaborado cruzando-se os Territórios de Identidade⁶ com a quantidade de emprego em cada um deles, distribuídos pelos mesmos grandes setores mencionados no item anterior.
- Relatório das Aglomerações por Território – para o qual foram adotados os seguintes critérios:
 - Primeiramente, foram excluídos os dados de atividades cujos mercados não fossem

⁶A partir de 2006, o Estado da Bahia passou a adotar os Territórios de Identidade como critério de regionalização. O conceito utilizado é baseado na obra de Santos (2000), o qual considera a identidade cultural existente em um dado território como critério básico de regionalização. Por sua vez, a identidade cultural é entendida como o conjunto de elementos que configuram a fisionomia de um determinado território. A Bahia foi dividida, seguindo esse conceito, em 26 Territórios de Identidade.

locais. Com isso, foram eliminadas desse Relatório aquelas atividades relacionadas a: comércio, órgãos e concessionárias de serviços públicos, e serviços não-industriais. Esse procedimento justificase pelo fato de que essas atividades não representam particularidades produtivas de um dado território;

- Foram agrupadas, na coluna de atividades, Classes Industriais que fazem parte da mesma cadeia produtiva ou ramos correlatos. Adotou-se, para essas atividades, a denominação de aglomerações produtivas;
- Para ser incluída nesse Relatório, a atividade deveria ter um Quociente Locacional (QL) maior ou igual a 1,4, além de possuir mais de 20 estabelecimentos instalados nos municípios que compõem cada Território de Identidade. Os valores desses indicadores foram estabelecidos após análise qualitativa dos resultados, tendo em vista chegar a uma lista de aglomerações representativa da economia baiana (ver, em seguida, a definição de QL e os procedimentos da análise qualitativa).
- Relatório de Qualificação das Aglomerações – procura agrupar as aglomerações identificadas no item anterior de acordo com a metodologia utilizada por Suzigan et al. (2004). Essa metodologia utiliza os seguintes indicadores:
 - Participação Relativa do Emprego (PRE): indica a importância da atividade do município em relação à atividade em todo o estado.

$$PRE = \frac{NrEij}{NrEiBA}$$

Em que:

- ✓ NrEij = número de empregados do setor i no município j
- ✓ NrEiBA = número de empregados do setor i na Bahia

- Coeficiente de Gini (G): mede o grau de concentração da indústria.

$$G = \left| 1 - \sum_{k=1}^{k=n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} + Y_k) \right|$$

Em que:

- ✓ X = total da quantidade de empregos por município
- ✓ Y = total da quantidade de empregos no setor por município

- Quociente Locacional (QL): indica o grau de especialização da atividade produtiva na localidade. (HADDAD, 1989).

$$QL = \frac{NrEij / NrEj}{NrEiBA / NrEBA}$$

Em que:

- ✓ NrEij = número de empregados do setor i no município j
- ✓ NrEj = número total de empregados no município j
- ✓ NrEiBA = número de empregados do setor i na Bahia; e, NrEBA = número total de empregados na Bahia

Sabe-se que a metodologia adotada por Suzigan et al. (2004) possui algumas limitações, conforme observado por Crocco et al. (2003). Porém, tais limitações não se constituem em elementos impeditivos para uma identificação de aglomerações produtivas. Mesmo assim, na tentativa de sanar essas limitações, foi realizada uma avaliação adicional, cruzando-se as informações dos relatórios com as informações de campo. Dessa forma, foi possível verificar se os dados dos relatórios refletiam a realidade das aglomerações.

Após a obtenção dos indicadores, todas as aglomerações selecionadas com os filtros propostos por Suzigan et al. (2004) foram analisadas, cruzando-se com os dados da base. Esse cruzamento proporcionou a identificação, no Relatório de Atividades Aglomeradas, de algumas ausências e de algumas presenças não-pertinentes. No caso das presenças,

foram identificados diversos setores cujo volume de empregos era insignificante. Por outro lado, no caso das ausências, constatou-se que alguns setores apresentavam quantidade de estabelecimentos inferior ao filtro de seleção, mas possuíam um volume expressivo de empregos (a exemplo do Refino de Petróleo em São Francisco do Conde, que tem dois estabelecimentos e 1.475 empregos). Além disso, setores com elevado grau de informalidade (como o de Cachaça, na Chapada Diamantina) não foram selecionados, uma vez que os empregos gerados não aparecem na base RAIS/Caged.

Em ambos os casos, foram realizados tratamentos e correções. Foi ainda realizado o cálculo dos valores médios do QL e da Participação Relativa no Emprego (PRE) como forma de determinar as faixas intermediárias para as qualificações das aglomerações produtivas. O QL médio apresentou o valor de 5.3 e a PRE, 13%.

O Relatório de Qualificação das Aglomerações divide-as em quatro categorias:

- Núcleos de Desenvolvimento Setorial-Regional (5.3 <= QL < 1000; 0.13 <= PRE < 1).
- Vetores Avançados (1.4 <= QL < 5.3 ; 0.13 <= PRE < 1)
- Vetor de Desenvolvimento Local (5.3 <= QL < 1000; 0 <= PRE < 0.13)
- Embrião de Sistema Local de Produção (1.4 <= QL < 5.3 ; 0 <= PRE < 0.13).

4 – RESULTADOS E ANÁLISES

4.1 – Distribuição Setorial e Regional do Emprego

A Tabela 1 apresenta a distribuição da população por condição de atividade no Estado da Bahia e no Brasil, além da quantidade de empregos formais. A primeira observação diz respeito ao pequeno número de empregos formais na Bahia tanto em termos absolutos como em termos relativos. O número de pessoas com empregos formais, em 2007 (1.784.6280), representava apenas 12,4% da população, enquanto, no Brasil, esse percentual atingiu 20%. Os empregos formais, na Bahia, representavam 15% da População em Idade Ativa

(PIA) e 24,4% da População Economicamente Ativa (PEA), enquanto, no Brasil, esses números eram 20% e 38,4%, respectivamente. Pode-se inferir, portanto, que a informalidade campeia em todo o estado, o que indica a existência de uma ampla base de ocupações com baixo valor agregado e, conseqüentemente, baixa remuneração.

Comparando-se a distribuição setorial do emprego da Bahia com a do país (Tabela 2), observa-se que o emprego formal, no setor primário, apesar de ser uma parcela reduzida, 4,77% do total, é maior que a do Brasil (3,67%). Essa informação confirma o fato de a Bahia ainda possuir uma população rural relativamente maior que a média dos outros estados do país. Nota-se também que os serviços (comércio e outros) empregam um contingente bastante expressivo, 78,65% do total, em comparação com 71,73% para o país, revelando um setor terciário precocemente inchado.

Em resumo, a distribuição setorial revela uma situação do emprego pouco animadora na Bahia, em

2007. Além de escassos, boa parte dos empregos é de reduzida qualificação, uma vez que 83,42% encontram-se nos setores primário e terciário, que não possuem um grande potencial de oferecer ocupações com alta agregação de valor e condizentes salários, na maioria das suas atividades.

No que se refere à distribuição regional (Tabela 3), verifica-se uma concentração do emprego em poucos Territórios. A Região Metropolitana de Salvador concentra mais da metade dos empregos formais, apesar de ter, aproximadamente, apenas 25% da população do Estado. Os sete territórios que mais empregam respondem por quase 80% do total de empregos, sendo que a Bacia do Paramirim, última colocada, oferece apenas 5.883 empregos, correspondendo a 0,33% do total. Essa situação indica uma forte concentração da atividade econômica em poucos territórios, enquanto a maioria deles pode-se caracterizar como verdadeiros desertos em termos de atividades produtivas.

Tabela 1 – Bahia e Brasil: Distribuição da População segundo Condição de Atividade (Mil Pessoas) – 2007

	População total (A)	Empregos formais (B)	B/A (%)	PIA (C)	B/C (%)	PEA (D)	B/D (%)
Bahia	14.419	1.784,6	12,4	11.889	15	7.311	24,4
Brasil	188.029	37.607,4	20	157.822	23,8	97.872	38,4

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir dos Dados do IBGE (2010) e da RAIS/Caged.

Tabela 2 – Bahia e Brasil: Distribuição do Emprego por Grandes Setores – 2007

Tipo de Setor	Total de emprego Bahia	% BA	Total do Emprego Brasil	% Brasil
Primário	85.204	4,77	1.382.070	3,67
Secundário – Transformação	174.367	9,77	7.082.167	18,83
Secundário - Outros	1.215.67	6,81	2.168.100	5,77
Terciário - Comércio	3.088.78	17,31	6.840.915	18,20
Terciário - Outros	1.094.610	61,34	20.134.178	53,53
Total	1.784.626	100%	37.607.430	100

Fonte: Elaboração Própria dos Autores com base na RAIS/Caged de 2007.

Tabela 3 – Bahia: Distribuição do Emprego por Território de Identidade – 2007

	Primário	Secundário- Transformação	Secundário – Outros	Terciário- Comércio	Terciário - Outros	Total	% Bahia	% Acumu- lado
Metropolitana de Salvador	1783	69062	78445	135593	610396	895.279	50,16	50,16
Portal do Sertão	3162	23002	6161	30633	41001	103.959	5,82	55,99
Extremo-Sul	18141	7896	4076	18975	46275	95.363	5,34	61,35
Litoral Sul	9519	9975	2667	17947	52615	92.723	5,19	66,53
Agreste de Alagoinhas e Litoral Norte	6442	6448	5325	8780	36459	63.454	3,55	70,08
Recôncavo	3044	9340	3318	13507	33851	63.060	3,53	73,21
Vitória da Conquista	3234	6723	2060	13811	34164	59.992	3,36	76,98
Oeste Baiano	11200	2603	1856	9507	16895	42.061	2,35	79,4
Sertão do São Francisco	9159	3369	1796	7351	19740	41.415	2,32	81,66
Sisal	318	4176	1092	4036	22695	32.317	1,81	83,47
Sertão Produtivo	1031	3966	2538	6682	17643	31.860	1,78	85,25
Médio-Rio das Contas	2339	4845	1109	7224	15895	31.412	1,76	87,01
Itapetinga	2592	11983	579	2275	9429	26.858	1,50	88,52
Baixo-Sul	2795	1516	439	4444	12805	21.999	1,23	89,75
Irecê	368	285	312	3558	14555	19.078	1,06	90,82
Piemonte Norte do Itapicuru	378	651	3367	2946	11408	18.750	1,05	91,875
Chapada Diamantina	2983	549	275	1679	12288	17.774	0,99	92,87
Semiárido Nordeste II	302	622	1118	2449	12789	17.280	0,96	93,83
Vale do Jiquiriça	896	875	178	2546	12784	17.279	0,96	94,80
Velho Chico	947	426	610	2550	12553	17.086	0,95	95,76
Piemonte do Paraguaçu	894	2417	312	2817	10600	17.040	0,95	96,71
Itaparica	353	447	1580	3002	8290	13.672	0,76	97,485
Piemonte da Diamantina	153	984	1658	2716	7814	13.325	0,74	98,232
Bacia do Rio Corrente	2831	378	355	1447	7892	12.903	0,72	98,955
Bacia do Jacuípe	281	1711	155	1500	9157	12.804	0,71	99,672
Bacia do Paramirim	59	118	186	903	4617	5.883	0,33	100
Total	85.204	174.367	121.567	308.878	1.094.610	1.784.626	-	-

Fonte: Elaboração Própria dos Autores com Base na RAIS/Caged de 2007.

4.2 – Atividades Aglomeradas por Território de Identidade

Com base nos critérios descritos nos procedimentos metodológicos, foram identificadas 108 aglomerações produtivas, conforme a Tabela 4, que as distribui setorialmente por Território de Identidade. Observa-se que os sete Territórios que respondem por quase 80% do emprego formal no estado (Tabela 3) concentram 57 aglomerações, correspondendo a

52,77% do total. Esses Territórios, com os respectivos números de aglomerações, são: Metropolitana de Salvador (10), Portal do Sertão (9), Extremo-Sul (10), Litoral Sul (5), Agreste de Alagoinhas e Litoral Norte (6), Recôncavo (4), Vitória da Conquista (6), Oeste Baiano (7). Essas são as regiões do estado que possuem maior dinamismo econômico. Enquanto isso, na Bacia do Paramirim e no Semiárido Nordeste II, não foi encontrada nenhuma aglomeração relevante.

Tabela 4 – Bahia: Distribuição Setorial das Atividades Aglomeradas por Territórios de Identidade – 2007

	Primário	Secundário - Transformação	Secundário - Outros	Terciário- Comércio	Terciário - Outros	Total
Metropolitana de Salvador	0	2	0	0	8	10
Extremo-Sul	6	2	1	0	1	10
Portal do Sertão	1	8	0	0	0	9
Sertão Produtivo	4	4	0	0	0	8
Oeste Baiano	6	1	0	0	0	7
Agreste de Alagoinhas e Litoral Norte	3	1	1	0	1	6
Vitória da Conquista	2	4	0	0	0	6
Litoral Sul	2	2	0	0	1	5
Baixo-Sul	3	1	0	0	1	5
Recôncavo	1	3	0	0	0	4
Médio-Rio das Contas	2	2	0	0	0	4
Chapada Diamantina	3	0	0	0	1	4
Vale do Jiquiriçá	3	1	0	0	0	4
Bacia do Rio Corrente	4	0	0	0	0	4
Itaparica	0	0	1	0	2	3
Itapetinga	1	2	0	0	0	3
Sertão do São Francisco	2	1	0	0	0	3
Sisal	0	2	0	0	0	2
Irecê	1	0	0	0	1	2
Piemonte da Diamantina	0	0	1	0	1	2
Velho Chico	2	0	0	0	0	2
Piemonte do Paraguaçu	1	1	0	0	0	2
Bacia do Jacuípe	1	1	0	0	0	2
Piemonte Norte do Itapicuru	0	0	1	0	0	1
Semiárido Nordeste II	0	0	0	0	0	0
Bacia do Paramirim	0	0	0	0	0	0
Total	48	38	5	0	17	108

Fonte: Elaboração Própria dos Autores com base na RAIS/Caged de 2007.

Das 108 aglomerações identificadas, 48 estão vinculadas ao setor primário (agricultura, silvicultura e exploração florestal; pecuária e pesca), sendo que, destas, 12 possuem alguma agregação de valor pelo beneficiamento do produto primário. Por sua vez, 38 aglomerações podem ser incluídas no setor secundário, sendo 32 na indústria de transformação, três na extrativa mineral e três na construção civil. As restantes 22 aglomerações são atividades do terciário, sendo seis de turismo, todas essas no interior do estado. É importante lembrar que as atividades comerciais, órgãos e concessionárias de serviços públicos e serviços não-industriais, por terem seus mercados circunscritos ao local, não foram consideradas.

Essa distribuição das aglomerações por setores reforça a suspeita de que a informalidade é bastante acentuada no setor primário, uma vez que existe um descompasso entre o número de aglomerações nesse setor e o percentual de empregos formais oferecidos. Indica também que existe um descompasso entre o valor da produção industrial, especialmente a da indústria de transformação, e a quantidade de empregos gerados nesse setor, caracterizado, em boa medida, por sua alta intensidade média de capital, em relação ao primário e ao terciário. Infere-se, assim, que a grande quantidade relativa de empregos no terciário, indicada pela base RAIS/Caged, pode estar vinculada a tais motivos.

4.3 – Qualificação das Atividades Aglomeradas

A análise da qualificação das atividades aglomeradas será realizada com base na tipologia sugerida por Suzigan et al. (2004). Essa tipologia tem como objetivo identificar as aglomerações que são importantes para os territórios onde se localizam, aferida pelo Coeficiente Locacional (QL), ou índice de especialização, e/ou para atividade no estado como um todo, aferida pela Participação Relativa do Emprego (PRE). Esse esquema analítico é sintetizado no Quadro 1.

A Tabela 5 relaciona as aglomerações que, de acordo com essa tipologia e os valores para QL e PRE definidos nos procedimentos

metodológicos, podem ser consideradas Núcleos de Desenvolvimento Setorial-Regional. Essas aglomerações são de enorme importância econômica para os territórios onde se localizam e, ao mesmo tempo, para as atividades que desenvolvem, considerando o estado como um todo. Verifica-se que são 21 aglomerações classificadas nesse tipo, todas localizadas no interior do estado. Destas, apenas três são vinculadas à indústria manufatureira, sendo as restantes direta ou indiretamente ligadas ao setor primário.

A Tabela 6 apresenta as 20 aglomerações consideradas Vetores Avançados. Essas aglomerações são importantes para o estado, quando considerada a participação da atividade no emprego, mas não são tão relevantes para os territórios onde se localizam, por estarem diluídos em tecidos econômicos mais diversificados. De fato, verifica-se que, dessas 20, 10 localizam-se na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e quatro, no Portal do Sertão. As da RMS, com exceção da Cadeia Automobilística e da Química, são todas vinculadas ao setor terciário. As do Portal do Sertão, todas vinculadas à indústria de transformação, indicam o alto grau de diversificação do Distrito Indústria de Subaé, localizado em Feira de Santana. Em resumo, pode-se concluir que as atividades incluídas nessas aglomerações, no caso das industriais, são importantes para o estado, sendo bastante desenvolvidas, mas não têm peso muito grande no total do emprego dos territórios onde estão localizadas, por serem, relativamente, intensivas em capital.

A Tabela 7 relaciona as aglomerações produtivas classificadas como Vetores de Desenvolvimento Local. Estes são caracterizados por serem importantes para os territórios onde se localizam, mas não são relevantes para as atividades, quando se considera o estado como um todo. De fato, a confecção de Calçados e artefatos de couro, por exemplo, é, sem dúvida, muito importante para a Bacia do Jacuípe, especialmente para a cidade de Ipirá, mas essa atividade se dilui quando se considera a distribuição dos empregos que gera nos diversos Territórios de Identidade da Bahia.

		Importância para a atividade no estado (aferida pela PRE)	
		Elevada	Reduzida
Importância local (aferida pelo QL)	Elevada	Núcleos de desenvolvimento setorial-regional	Vetor de desenvolvimento local
	Reduzida	Vetores avançados	Embrião de sistema local de produção

Quadro 1 – Tipologia de Aglomerações

Fonte: Adaptado de Suzigan et al. (2004).

Tabela 5 – Bahia: Núcleos de Desenvolvimento Setorial-Regional – 2007

Territórios de Identidade	Atividades	QL	Empregos	Estab.	PRE
Agreste de Alagoinhas e L. Norte	Produção florestal	6.25	3357	44	24.83
Agreste de Alagoinhas e L. Norte	Prospecção e extração de petróleo e gás	9.37	2680	22	37.2
Bacia do Rio Corrente	Cultivo de cereais	44.59	701	58	22.72
Bacia do Rio Corrente	Cultivo de soja	33.32	560	77	16.98
Chapada Diamantina	Agricultura diversificada	59.43	2187	32	36.47
Extremo-Sul	Atividades de apoio à agricultura	7.83	1453	108	45.39
Extremo-Sul	Cultivo e beneficiamento de café	5.57	2066	152	32.32
Extremo-Sul	Produção florestal e celulose	10.34	8107	99	59.96
Itapetinga	Calçados e artefatos de couro	16.72	10887	20	35.06
Itapetinga	Criação de bovinos	6.9	2331	1080	14.47
Litoral Sul	Cultivo de cacau	13.32	6520	2021	67
Litoral Sul	Fabricação de equipamentos e componentes de TIC	12.64	1732	61	63.56
Oeste Baiano	Atividades de apoio à agricultura	9.52	766	97	23.93
Oeste Baiano	Cultivo de cereais	15.23	1181	196	38.28
Oeste Baiano	Cultivo de soja	32.62	2704	378	81.99
Oeste Baiano	Cultivo e preparação de fibras de algodão	29.04	3030	107	72.99
Portal do Sertão	Artigos para viagem	8.12	336	37	50.53
Portal do Sertão	Criação de aves	9.57	1480	67	59.51
Recôncavo	Cultivo e preparação de produtos do fumo	25.37	1764	27	74.02
Sertão do São Francisco	Fruticultura	28.18	8781	232	61.5
Vitória da Conquista	Cultivo e beneficiamento de café	10.01	1733	538	27.11

Fonte: Elaboração Própria dos Autores com base na RAIS/Caged de 2007.

Nota: (5.3 <= QL < 1000; 0.13 <= PRE < 1).

Tabela 6 – Bahia: Vetores Avançados – 2007

Território	Atividade	QL	Empregos	Estabelecimentos	PRE
Agreste de Alagoinhas e Litoral Norte	Criação de aves	3.67	362	24	14.56
Agreste de Alagoinhas e Litoral Norte	Produtos de madeira	4.19	515	54	16.62
Agreste de Alagoinhas e Litoral Norte	Turismo	4.62	4686	128	18.33
Extremo-Sul	Criação de bovinos	4.54	4238	1485	26.3
Extremo-Sul	Produtos de madeira	4.72	848	75	27.36
Extremo-Sul	Turismo	3.06	4539	547	17.75
Metropolitana de Salvador	Administração de edifícios e condomínios	1.56	22008	4005	88.07
Metropolitana de Salvador	Aluguel de máquinas e equipamentos	1.43	3555	291	80.72
Metropolitana de Salvador	Atividades de teleatendimento	1.76	11235	22	99.92
Metropolitana de Salvador	Atividades de vigilância e segurança privada	1.65	22947	104	93.35
Metropolitana de Salvador	Atividades fotográficas e similares	1.45	489	59	82.32
Metropolitana de Salvador	Cadeia automobilística	1.41	8734	64	79.79
Metropolitana de Salvador	Locação de mão de obra temporária	1.68	13743	147	95.02
Metropolitana de Salvador	Químicos, petroquímicos e fertilizantes	1.42	5401	79	80.12
Metropolitana de Salvador	Serviços de TI	1.5	6690	434	84.96
Metropolitana de Salvador	Serviços prestados às empresas	1.46	20225	999	82.85
Portal do Sertão	Indústria alimentícia	3.66	5772	186	22.8
Portal do Sertão	Indústria de materiais de construção	3.1	761	37	19.3
Portal do Sertão	Metal-mecânico	2.26	1100	95	14.05
Portal do Sertão	Têxteis e confecções	3.37	3217	273	20.97

Fonte: Elaboração Própria dos Autores com base na RAIS/Caged de 2007.

Nota: (1.4 <= QL < 5.3 ; 0.13 <= PRE < 1)

Tabela 7 – Bahia: Vetores de Desenvolvimento Local – 2007

Território	Atividade	QL	Empregos	Estabelecimentos	PRE
Bacia do Jacuípe	Calçados e artefatos de couro	13.5	1409	22	4.54
Bacia do Rio Corrente	Produção florestal	9.75	672	23	4.97
Baixo-Sul	Agricultura diversificada	11.86	686	110	11.44
Baixo-Sul	Cultivo de cacau	13	1220	181	12.54
Chapada Diamantina	Cultivo e beneficiamento de café	10.53	413	81	6.46
Irecê	Cultivo de feijão	7.06	116	20	1.93
Médio-Rio das Contas	Cultivo de cacau	8.29	1182	425	12.15
Piemonte da Diamantina	Pedras ornamentais	21.11	349	35	11.01
Piemonte do Paraguaçu	Móveis	10.37	289	20	6.31
Sisal	Calçados e artefatos de couro	6.66	2040	25	6.57
Sisal	Têxteis e confecções (Sisal)	8.58	1297	52	8.46
Vale do Jiquiriçá	Criação de bovinos	6.5	406	216	2.52
Vale do Jiquiriçá	Cultivo e beneficiamento de café	11.09	275	57	4.3
Velho Chico	Fruticultura	6.51	302	55	2.12

Fonte: Elaboração Própria dos Autores com base na RAIS/Caged de 2007.

Nota: (5.3 <= QL < 1000; 0 <= PRE < 0.13).

Por último, na Tabela 8, são apresentadas as aglomerações consideradas Embriões de Sistemas Locais de Produção. Essas aglomerações são constituídas por atividades que possuem pouca importância no âmbito do estado e que também estão diluídas no tecido econômico dos territórios. Elas

são numerosas (53), representando 49% do total de aglomerações encontradas. Esse número poderia ser menor, caso fossem usados filtros mais rigorosos. Os filtros foram mantidos, no entanto, tendo em vista proporcionar uma ideia da grande dispersão das atividades produtivas no estado.

Tabela 8 – Bahia: Embrões de Sistema Local de Produção – 2007

Território	Atividade	QL	Empregos	Estabelecimentos	PRE
Agreste de Alagoinhas e Litoral Norte	Fruticultura	1.76	996	79	6.98
Bacia do Jacuípe	Criação de bovinos	4.3	233	145	1.45
Bacia do Rio Corrente	Criação de bovinos	3.09	254	75	1.58
Baixo-Sul	Atividades de apoio à agricultura	3.63	112	30	3.5
Baixo-Sul	Indústria alimentícia	1.75	428	46	1.69
Baixo-Sul	Turismo	2.36	583	133	2.28
Chapada Diamantina	Criação de bovinos	2.27	224	75	1.39
Chapada Diamantina	Turismo	1.79	281	60	1.1
Extremo-Sul	Agricultura diversificada	1.63	565	81	9.42
Extremo-Sul	Fruticultura	2.2	1818	165	12.73
Extremo-Sul	Pedras ornamentais	1.6	295	35	9.31
Extremo-Sul	Serviços de manutenção industrial	1.83	635	21	10.59
Irecê	Serviços educacionais	1.86	301	30	0.51
Itaparica	Construção civil	1.75	503	29	0.68
Itaparica	Serviços educacionais	2.02	464	24	0.79
Itaparica	Turismo	1.74	173	23	0.68
Itapetinga	Indústria alimentícia	1.47	780	46	3.08
Litoral Sul	Criação de bovinos	1.76	1427	439	8.86
Litoral Sul	Indústria alimentícia	1.67	2128	130	8.4
Litoral Sul	Turismo	1.91	2457	281	9.61
Médio-Rio das Contas	Criação de bovinos	3.2	755	243	4.69
Médio-Rio das Contas	Indústria alimentícia	2.84	1052	71	4.15
Médio-Rio das Contas	Têxteis e confecções	2.92	655	43	4.27
Oeste Baiano	Agricultura diversificada	4.55	686	67	11.44
Oeste Baiano	Cultivo e beneficiamento de café	4.79	770	47	12.05
Oeste Baiano	Indústria alimentícia	2.14	1359	64	5.37
Piemonte da Diamantina	Serviços de saúde	1.5	481	53	0.78
Piemonte do Paraguaçu	Criação de bovinos	5.2	510	289	3.17
Piemonte Norte do Itapicuru	Construção civil	1.66	967	47	1.3
Portal do Sertão	Calçados e artefatos de couro	2.05	3960	29	12.75
Portal do Sertão	Serviços gráficos	1.42	216	33	8.85
Portal do Sertão	Transformação de plásticos	1.79	1000	48	11.11
Recôncavo	Indústria alimentícia	1.6	1184	94	4.68
Recôncavo	Metal-mecânico	1.78	407	22	5.2
Recôncavo	Móveis	2.43	325	39	7.09
Sertão do São Francisco	Cultivo de cereais	1.98	133	40	4.31
Sertão do São Francisco	Indústria alimentícia	4.1	2266	33	8.95

Tabela 8 – Bahia: Embrões de Sistema Local de Produção – 2007

Território	Atividade	QL	Empregos	Estabelecimentos	PRE
Sertão Produtivo	Criação de bovinos	1.72	373	207	2.32
Sertão Produtivo	Cultivo de cereais	2.82	117	47	3.79
Sertão Produtivo	Cultivo e preparação de fibras de algodão	3.16	176	24	4.24
Sertão Produtivo	Fruticultura	1.57	302	119	2.12
Sertão Produtivo	Indústria de materiais de construção	3.21	170	20	4.31
Sertão Produtivo	Metal-mecânico	1.53	161	26	2.06
Sertão Produtivo	Produtos de madeira	2.62	109	28	3.52
Sertão Produtivo	Têxteis e confecções	5.28	1088	43	7.09
Vale do Jiquiriçá	Cultivo de cacau	3.21	121	48	1.24
Vale do Jiquiriçá	Indústria alimentícia	2.08	204	27	0.81
Velho Chico	Criação de bovinos	4.51	236	108	1.46
Vitória da Conquista	Criação de bovinos	2.28	993	495	6.16
Vitória da Conquista	Indústria de materiais de construção	2.37	253	26	6.42
Vitória da Conquista	Metal-mecânico	1.4	297	35	3.79
Vitória da Conquista	Móveis	2.81	348	33	7.6
Vitória da Conquista	Transformação de plásticos	1.99	484	24	5.38

Fonte: Elaboração Própria dos Autores com base na RAIS/Caged de 2007.

Nota: (1.4 <= QL < 5.3 ; 0 <= PRE < 0.13).

5 – CONCLUSÕES

Neste trabalho, procurou-se, inicialmente, argumentar que políticas endógenas de desenvolvimento regional e local podem ser utilizadas, de forma complementar, às políticas de atração de investimentos exógenos, praticada no Brasil desde a década de 1950, que não foram capazes de instalar um processo de desenvolvimento sustentado. Sem dúvida, o objetivo de equiparar a Região Nordeste à Região Centro-Sul, em termos de PIB *per capita*, por exemplo, após quase seis décadas, está longe de ser alcançado. Os polos industriais criados a partir dessas políticas mostraram-se incapazes de irradiar seus efeitos germinativos de forma a transformar, estruturalmente, as economias estaduais nordestinas.

Apesar de virem sendo adotadas, em vários países da América Latina, as políticas voltadas para o desenvolvimento endógeno local, no entanto, ainda se

defrontam com importantes obstáculos desde a sua formulação. No caso das políticas de dinamização de aglomerações produtivas (*clusters*) preexistentes em um dado território, constata-se que a mera replicação das experiências da Terceira Itália, por exemplo, dificilmente alcançarão resultados expressivos. Os condicionantes produtivos e sociais locais devem ser levados em consideração. No caso brasileiro, mais especificamente da Região Nordeste, as fragilidades das atividades produtivas e das relações sociais requerem que as políticas sejam desenhadas levando em conta a realidade de cada aglomeração. Para tanto, torna-se necessária a identificação e qualificação das aglomerações a serem dinamizadas. Essa identificação e qualificação tornam-se importantes também para, posteriormente, monitorar os resultados das ações implementadas.

Neste artigo, objetivou-se identificar e qualificar as aglomerações produtivas distribuídas pelos

Territórios de Identidade do Estado da Bahia. Para essa identificação, utilizou-se a base de dados da RAIS/Caged, de 2007, que quantifica a distribuição dos empregos formais por município e por atividade econômica.

Já para a qualificação das aglomerações produtivas, usou-se uma tipologia, desenvolvida por Suzigan et al. (2004), que permite, além de qualificá-las, indicar abordagens diferenciadas para as políticas de dinamização: os Núcleos de Desenvolvimento Setorial-Regional e os Vetores Avançados, por serem mais desenvolvidos, possuem um maior potencial de irradiação das suas atividades para o restante da economia, sendo, assim, alvos prioritários de políticas que visem o adensamento das cadeias produtivas. Além disso, podem ser, a princípio, alvos prioritários de políticas que visem promover o aprendizado e a inovação por meio da cooperação, inclusive com organizações de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D). Já os Vetores de Desenvolvimento Local e os Embriões de Sistemas Locais de Produção devem ser objetos de políticas mais fundamentais. Nesses casos, as políticas podem ser voltadas, basicamente, para estimular a cooperação, visando, em primeiro lugar, à expansão dos mercados.

Ao se discutirem os resultados dessa tarefa, cumpre, primeiramente, destacar que, embora esforços governamentais tenham tentado promover, ao longo das últimas décadas, mudanças na economia baiana, esta ainda sofre de deficiências estruturais básicas. De fato, como revelam os dados apresentados neste trabalho, a concentração espacial da produção é acentuada, configurando vastos recortes do território do estado como verdadeiros desertos econômicos. Apesar de concentrada a produção, paradoxalmente, existe uma excessiva dispersão geográfica de aglomerações produtivas incipientes, o que atua no sentido de minar as iniciativas de provimento de infraestrutura comum, fragilizando as especializações regionais e dificultando a adoção de políticas de dinamização.

Além disso, se tomarmos as classificações de intensidade tecnológica setorial adotada pela Organization for Economic Co-operation and Development (OECD), podemos perceber que a maior parte das atividades aglomeradas pertence ao conjunto

de indústrias que se caracterizam por serem de média ou baixa intensidade tecnológica. (HATZICHRONOGLU, 1997). São, portanto, atividades que apresentam reduzidas possibilidades de aproveitamento de economias de escala externas e, portanto, de desencadear um processo de aprendizado ativo que conduza a um processo inovativo significante.

Adicionalmente, tendo por referência a tese inicial de Perroux (1995); Myrdal (1957) e Hirschman (1958) sobre as sinergias existentes entre a localização industrial e o desenvolvimento econômico, a situação mostra-se ainda mais complicada. O argumento é que os investimentos, normalmente, migram para atividades produtivas mais próximas entre si, beneficiando-se da existência de capacitações complementares. Como grande parte das aglomerações da economia baiana é pouco qualificada e dispersa geograficamente, possui baixa capacidade de atrair novos investimentos complementares. De fato, as aglomerações produtivas qualificadas como Embriões de Sistemas Locais de Produção, que representam 49% do total, além de serem de baixa intensidade tecnológica, geralmente não encontram, no Território de Identidade, atividades complementares que possam induzir uma dinâmica mais virtuosa, por meio de relações intersetoriais.

É importante ressaltar que se trata de uma primeira tentativa de mapear as atividades econômicas no estado. Esse trabalho inicial deve, futuramente, ser complementado por meio da incorporação de outras bases de dados, a exemplo de:

- Distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) por Município e Território de Identidade;
- Indicadores de educação e saúde;
- Indicadores de intensidade tecnológica e inovação;
- Oferta de infraestrutura;
- Recursos naturais;
- População.

Com isso, as potencialidades econômicas de cada Território de Identidade poderão ser identificadas de forma mais abrangente e serem alvo de um permanente monitoramento, alimentando o processo de formulação de políticas públicas.

ABSTRACT

The objective of this article is, based on the data on formal jobs in each city of the State of Bahia, constants of the RAIS/Caged of 2007, to identify: i) the regional distribution of jobs; ii) the sector distribution of jobs; iii) clustered activities in each Territory of Identity; e iv) the qualification of the clustered activities. Initially, a review of literature about the relationship between productive clusters and the regional and local is presented. After that, the methodological procedures used to identify the regional and sector distribution of jobs, the activities clustered in the Territories of Identity and the qualification of the clustered activities are presented. After presenting and discussing the results some conclusions are put forward, emphasizing the implications for public policies and indicating the necessity to expand the used database.

KEY WORDS

Productive Clusters. Identity of Territories.
Regional Development.

REFERÊNCIAS

- BUARQUE, S. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília, DF: Incra, 1998.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H.; SZAPIRO, M. Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. In: SEMINÁRIO LOCAL CLUSTERS, INNOVATION SYSTEMS AND SUSTAINED COMPETITIVENESS, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: BNDES, 2000. (Nota Técnica, 5).
- CROCCO, M. A. et al. **Metodologia de identificação de arranjos produtivos locais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- FERNANDES, A.; J. LIMA. Cluster de serviços: contribuições conceituais com base em evidências do pólo médico de Recife. **Nova Economia**, v. 16; n. 1, p. 11-47, jan./abr. 2006.
- GIULIANI, E.; BELL, M. The micro-determinants of meso-level learning and innovation: evidence from a Chilean wine cluster. **Research Policy**, Elsevier, v. 34, n. 1, p. 47-68, 2005.
- HADDAD, P. R. Medidas de localização e de especialização. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB, 1989.
- HATZICHRONOGLU, T. **Revision of the high-technology sector and product classification**. Paris: OCDE, 1997.
- HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.
- IBGE. **Pessoas de 10 anos ou mais de idade por naturalidade em relação ao município e à unidade da federação e condição de atividade na semana de referência**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>>. Acesso em: 21 mar. 2010.
- MALIZIA, E. E.; FESER, E. J. **Understanding local economic development**. Piscataway: Rutgers University Press, 1998.
- MARSHALL, A. **Principles of economics: an introductory volume**. London: Macmillan, 1961.
- MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1957.
- PERES, W. **El (lento) retorno de las políticas industriales en América Latina y Caribe**. Santiago do Chile: Nações Unidas/Cepal, 2005. (Série Desarrollo Productivo, 166).
- PERROUX, F. Nota sobre o conceito de pólo de crescimento. In: PERROUX, F. (Org.). **A planificação os pólos de crescimento**. Porto: Edições Rés, 1995.
- PIETROBELI, C.; RABELLOTTI, R. **Mejora de la competitividad en clusters y cadenas productivas en América Latina**. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2005.

PIORE, M. J.; SABEL, C. F. **The second industrial divide**. New York: Basic Books, 1984.

SANTOS, G. dos; DINIZ, E.; BARBOSA, E. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. **Revista do BNDES**, v. 11, n. 22, p. 151-179, dez. 2004.

SANTOS, M. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

STEINDL, J. **Pequeno e grande capital**: problemas econômicos do tamanho das empresas. Campinas: Hucitec, 1990.

STORPER, M. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, L.; SANTOS JÚNIOR, O. (Org.). **Globalização, fragmentação e reforma**

urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SUZIGAN, W. et al. Clusters ou sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4, p. 543-562, 2004.

TEIXEIRA, F.; FERRAZ, J. Economic instability, market opening and adjustment strategy in the Brazilian industry. **Nexus Econômicos**, v. 1, n. 3, p. 19-33, 1999.

TEIXEIRA, F.; GUERRA, O. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jul. 2000.

Recebido para publicação em 10.06.2010.